Diálogos: Estudos sobre teoria da história e historiografia Vol. II

Fabrício Antônio Antunes Soares
Ricardo Oliveira da Silva
(Organizadores)

edi unesc

CAPÍTULO VI

"Rastreando Indivíduos e Redes de Relações": Algumas contribuições teóricas e metodológicas para o estudo das elites e grupos dirigentes no Brasil

Jonas Moreira Vargas

Tem se tornado cada vez mais urgente o estudo crítico das diferentes elites e grupos dirigentes, que disputam espaços de poder e influência no Brasil, assim como na América Latina como um todo. Compreender melhor seus mecanismos de dominação, bem como concentração de riqueza e de poder, suas estratégias de ação e reprodução social, seus projetos de nação, seus interesses econômicos e os conflitos internos que as dividem, em uma perspectiva histórica, nos auxilia a compreender melhor as dificuldades estruturais que inviabilizam um melhor desenvolvimento social, o respeito à democracia e uma maior distribuição de renda. E, nesse sentido, não estou falando sozinho. Nos últimos anos, têm sido cada vez mais comum os pesquisadores preocuparem-se com tais temas e seus métodos de investigação, em consequência disso, alguns dos balanços analíticos começaram a ser publicados.[3] Superando os antigos vícios historiográficos que enalteciam as camadas superiores da sociedade, a partir de abordagens tradicionais e heroicizantes sobre lideranças políticas e militares, as análises mais recentes amparam-se num diálogo mais profundo com a história social e econômica e seguem uma abordagem mais crítica. Tal renovação foi favorecida pelas novas ondas historiográficas surgidas ao longo da chamada crise dos paradigmas macroestruturais/funcio-

[3] Cf. Heinz, 2006; Heinz, 2011; Codato; Perissinoto, 2015; Coradini, 2008; Fragoso; Almeida; Sampaio, 2007.

nalistas, que propiciaram, desde os anos 1970 e 1980, um maior enfoque na agência dos indivíduos, famílias, redes de relações e pequenos grupos de elite, superando, assim, as rígidas análises que essencializavam o papel da "classe dominante" ou das "elites" na sociedade.

Nesse sentido, o presente capítulo vem oferecer algumas considerações teóricas e metodológicas que podem servir ao historiador interessado em pesquisar tal objeto de estudo. Ele não pretende trazer soluções metodológicas ou respostas mágicas para questões fundamentais a respeito dos mesmos. O objetivo principal é compartilhar alguns resultados e algumas reflexões de alguém que tem realizado pesquisas na área há muitos anos. Tendo em vista o grande número de trabalhos que dialogam com o tema, irei me deter apenas a alguns textos que, creio, são de maior importância. Foi dada ênfase a dois métodos, que auxiliam no tratamento de dados para os historiadores mais interessados em estudos, que se debrucem sobre as elites e grupos dirigentes a partir de um olhar vinculado à história social: a prosopografia e a análise de redes sociais. Nos últimos anos, muitos pesquisadores tomaram uso desses métodos na pesquisa histórica e, periodicamente, é necessário refletir sobre as possibilidades e os limites da sua utilização.[1]

Prosopografia

Se houve um tempo em que a prosopografia não passava de uma palavra estranha aos historiadores brasileiros, atualmente ela é cada vez mais conhecida, sobretudo entre os estudiosos das elites. Também conhecida como "método prosopográfico" ou método das "biografias coletivas", a sua própria história é antiga. No artigo clássico a respeito do tema, Lawrence Stone (2011)

[1] A bibliografia é vastíssima. Destaco aqui apenas algumas contribuições realizadas por pesquisadores brasileiros: Heinz in Heinz, 2011; Codato; Heinz in Codato; Perissinoto, 2015; Almeida, 2011; Monteiro, 2014; Wanderley, 1999; Botelho; Rezende; Lemos, 2013; Vargas, 2010; Mathias, 2014.

argumentou que se a febre de recolher dados biográficos sobre homens ilustres do passado marcou todo o século XIX, foi somente a partir da década de 1910, mas sobretudo nos anos 1920 e 1930, que a prática de organizar as informações biográficas de um determinado grupo para um posterior tratamento coletivo com fins a identificar padrões sociais comuns começou a tomar força. Os muitos estudos realizados desde então possibilitaram um itinerário de pesquisas e resultados diversos e, com o tempo, historiadores e cientistas sociais foram aprimorando o método (STONE, 2011). Nessa direção, o texto de Stone pode ser entendido como um balanço historiográfico, rico em alertas para as gerações futuras. Mas o que seria a "prosopografia"? Conforme Neithard Bulst (2005), existem múltiplas definições para este termo, mas, conforme o próprio autor, a de Stone (2011, p.115) parece contribuir bastante para a sua compreensão:

> A investigação das características básicas comuns de um grupo de atores na história por meio do estudo coletivo de suas vidas. O método empregado é o de estabelecer o universo a ser estudado e formular um conjunto uniforme de questões – sobre nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origens das fortunas pessoais, ocupação, religião, experiência profissional, etc. Os vários tipos de informação sobre indivíduos de um dado universo são então justapostos e combinados e, em seguida, examinados por meio de variáveis significativas. Essas são testadas a partir de suas correlações internas e correlacionadas com outras formas de comportamento e ação.

Portanto, trata-se de um método que busca definir perfis coletivos de um grupo determinado de indivíduos a partir de alguns de seus dados biográ-

ficos, com o intuito de identificar padrões que ajudem a explicar permanências e mudanças históricas a partir do recrutamento/comportamento deles. A variedade de questões a serem propostas, as hipóteses elaboradas a partir dos resultados, os níveis de profundidade reflexiva sobre os dados e a própria riqueza de informações coletadas dependem muito do grupo escolhido para ser analisado, do problema de pesquisa, da criatividade e, sem dúvida, da erudição do historiador. Um questionário bem elaborado e um bom cruzamento de dados podem trazer resultados que possibilitem relativizar teses clássicas ou comprová-las empiricamente. Além do mais, alguns indicadores resultantes do tratamento estatístico dos dados podem gerar uma série de questões que fundamentem estudos futuros. No entanto, perguntas triviais podem isolar os resultados alcançados na órbita do próprio grupo estudado, trazendo pouca contribuição historiográfica.

Portanto, a prosopografia parte do pressuposto de que é possível interpretar condicionantes sociais a partir de dados empíricos recolhidos das biografias de indivíduos do grupo que se quer estudar. Por exemplo, a religião e a idade de um determinado grupo de empresários de uma cidade teriam muito a dizer sobre as iniciativas empresariais dela. Informações referentes à origem social, à formação educacional e à profissão dos líderes de determinado partido político podem esclarecer as posições e políticas adotadas pelo partido (talvez mais do que o seu programa de governo). As relações familiares, a origem social das esposas e a cor da pele podem auxiliar a entender melhor a posição e gestão dos líderes de uma associação se comparados a outros. A prosopografia não descarta a importância das individualidades de cada pessoa e os elementos não quantificáveis das relações humanas,[2] mas um dos preceitos do método defende a primazia das características comuns e coletivas de um determinado grupo para a compreensão do seu funcionamento.

[2] Sobre isso, Bulst e Levi colocam uma série de dilemas que tensionam as análises prosopográficas. Cf. Bulst (2005); Levi (1996).

No entanto, Stone (2011) não apenas estabeleceu critérios teóricos e metodológicos sobre o método, como também, o colocou em prática, escrevendo uma das principais obras a respeito das elites europeias no mundo moderno. Estudando a perda de poder político e prestígio social da aristocracia inglesa, nos séculos XVI e XVII, ele nos possibilita vislumbrar como reunir, tratar e expor os dados pesquisados, formular questões e testar hipóteses a partir da pesquisa empírica (STONE, 1985).[3] Além do mais, uma grande contribuição de Stone foi demonstrar que as elites nunca estão "congeladas" na camada superior da sociedade, pois precisam *manter-se* nessa posição, buscando mecanismos de diferentes ordens que evitem a perda de riqueza, poder e prestígio perante outros grupos que desejam o seu lugar. A incorporação da ideia de uma mobilidade social intraelite é de fundamental importância para os pesquisadores das elites. Ao tirá-las de uma suposta posição confortável no topo da hierarquia para pensá-las como um grupo, possivelmente, capaz de perder seus privilégios com o tempo, as reflexões teóricas ganham um maior dinamismo analítico. Nas considerações finais retomarei esta questão.

Décadas mais tarde, a prosopografia continuou a difundir-se entre os estudiosos das elites. Em sua vertente francesa, bem como, contando com um número maior de contribuições e traduções, Christophe Charle - hoje um dos principais teóricos do método - também trouxe uma importante contribuição para esclarecer as possibilidades analíticas alcançadas no uso para o estudo das elites.[4] Segundo o autor, a partir da prosopografia,

> Compreendemos melhor o que as divide, o que as hierarquiza e as opõem, portanto quais são as raízes das oposições políticas ou ideológicas entre as elites ou as frações da classe dominante. Em particular, temos condições de

[3] A primeira edição dessa obra é de 1965.
[4] As pesquisas de Charle geralmente são sobre as elites políticas, intelectuais e administrativas da França nos séculos XIX e XX. Para uma de suas principais contribuições, cf. Charle, 1987.

> reconstruir o jogo da antiguidade social, das redes familiares, das tradições regionais que influenciam sua visão de mundo e que não são redutíveis a determinismos puramente econômicos. As biografias sociais permitem colocar a luz do dia as estratégias familiares de ascensão, de estagnação ou de reconversão que os diversos meios de elite ou da burguesia utilizam (CHARLE, 2006, p. 32).

As décadas que separam os mencionados trabalhos de Stone (anos 1960 e 1970) dos de Charle (anos 1980 e 1990) viram os modelos de análise quantitativos se difundirem ainda mais, principalmente na sociologia e na ciência política.[5] Aliás, é necessário fazer uma importante ressalva quanto a isso. Nos Estados Unidos, na mesma época em que Stone (2011), Burke (1991), Charle (2006) e outros historiadores ensaiavam seus estudos a partir do uso do método, muitos pesquisadores também aplicavam técnicas de análise quantitativas para o tratamento dos dados biográficos de determinadas elites, sem utilizar o termo "prosopografia" em seus estudos. Nesse contexto, uma geração de estudiosos, ainda sob o impacto das teses de Wright Mills, Robert Dahl e outros autores que avançaram nas reflexões referentes à teoria das elites,[6] acabou influenciando a historiografia brasileira na década de 1970. Importantes trabalhos, sobre elites políticas brasileiras, foram publicados naquela época, como os livros de Joseph Love, John Wirth e Robert Levine que estudaram, respectivamente, as elites de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco entre 1889 e 1937 (LOVE, 1982; WIRTH, 1975; LEVINE, 1975). Aquela talvez tenha sido a *Era de Ouro* dos brasilianistas, e tal sucesso historiográfico atraiu um grande número de latino-americanos para as universidades norte-americanas. Entre esses, destaco aqui a importância da obra de José Murilo de Carvalho que se

[5] Para uma avaliação, cf. Charle, 1987; Monteiro, 2014.
[6] Sobre a teoria das elites, cf. Hollanda (2011) e o verbete em Bobbio (1998).

tornou uma referência fundamental para os praticantes da prosopografia no Brasil (CARVALHO, 2003).[7]

Partindo das reflexões de Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca sobre a circulação das elites, mas dialogando com um repertório muito maior de referenciais teóricos, Carvalho (2003) apresentou quase que uma cartilha metodológica para o tratamento quantitativo das elites políticas. Um período longo (1822-1889) entrecortado por subperíodos, uma clareza nos critérios de classificação a respeito da formação superior, das profissões, dos cargos analisados, dos partidos e de quem era a elite política imperial. Longe de fixar-se no universo dos números, suas análises qualitativas sobre o funcionamento das instituições na época ainda permanecem clássicos, contando com profundas análises na segunda parte do seu estudo: "Teatro de sombras".

Em uma época sem as modernidades tecnológicas e os avançados bancos de dados que temos hoje, e mesmo com todas as críticas que se possa fazer ao seu estudo, Carvalho (2003) é uma referência na utilização do método. Contudo, por enfatizar demais o aspecto institucional da mencionada elite, aparentemente descolada da sociedade, ele talvez não tenha dado a importância merecida às redes de relações estabelecidas pelos membros da elite política imperial com grupos e indivíduos externos ao mencionado "clube". As relações familiares, tão fundamentais naquele universo repleto de trocas clientelísticas e negociações políticas e o papel efetivo dos fazendeiros escravistas e das elites de outras regiões do Brasil, também foram pouco enfatizados pelo autor.

Foi com o passar dos anos, com o surgimento de muitos programas de pós-graduação e a multiplicação do número de trabalhos sobre elites no Brasil, que essas questões passaram a ser estudadas e o método prosopográfico

[7] O trabalho *A Construção da Ordem: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial*, de José Murilo de Carvalho foi defendida como tese de doutorado em Stanford, em 1974. Na época, uma avaliação das possibilidades da aplicação da prosopografia no Brasil oitocentista foi feita em Barman e Barman (1978).

tornou-se mais conhecido.[8] A contribuição de alguns desses estudos foi trazer um maior protagonismo das elites políticas regionais no interior do sistema político imperial. Contudo ainda carecemos de estudos para entender melhor as complexas engrenagens da vida política brasileira, assim como os conflitos intraelite que a caracterizavam. Se grande parte dos trabalhos mencionados acima tratam do século XIX, é porque a maioria dos estudos a respeito das elites políticas estaduais e municipais para o período republicano é muito bem atendida pelos cientistas políticos. Estes por sua vez, também se dedicaram a estudar outros grupos de elite, como os militares, os eclesiásticos e os bacharéis em direito (SEIDL, 2003; ENGELMANN, 2001; HIPPOLITO, 1985; SANTOS, 1997).[9] Nesse sentido, é visível um maior diálogo interdisciplinar entre historiadores e cientistas políticos quando os objetos de pesquisa correspondem ao século XX, muito embora existam algumas exceções.[10] Seria interessante, que essas trocas interdisciplinares se aprofundassem para análises a respeito do século XIX e da própria Primeira República. A ciência política, a antropologia e a sociologia sempre forneceram importante inspiração teórica para a história social e política. Nesse sentido, trabalhos conjuntos parecem ser cada vez mais necessários.

Para uma melhor apreciação dos resultados obtidos e uma definição dos rumos da pesquisa, a fim de que possamos conhecer melhor a história das elites e dos grupos dirigentes no Brasil, é necessário incorporar algumas ressalvas com relação ao método. Para Flávio Heinz (1998), por exemplo, a prosopografia deve ser encarada como uma entre as possíveis metodologias de trabalho utilizadas para o estudo das elites. Conforme o autor, devemos

[8] Podemos colocar como estudos que seguem esse modelo analítico: Mattoso, 1992; Martins, 2007; Basile, 2011; Neves, 2003; Vargas, 2010.
[9] Para estudos de historiadores, cf. Grijó, 2005; Vianna, 2013.
[10] Como, por exemplo, Simões Neto, 1983; Seidl, 1999; Santos; Da Ros, 2008.

> [...] evitar a tentação de tomar uma metodologia de trabalho como única fórmula possível de tratar determinado objeto de investigação. Toda reificação do método, parece-me, concorre para caricaturização do objeto: as elites não nasceram com suas biografias coletivas e, com certeza, sobreviverão a estas (HEINZ, 1998, p. 46).

Conforme Giovanni Levi (1996), a prosopografia apenas utiliza as biografias individuais com o objetivo de homogeneizar um determinado grupo, associando as suas características em comum. Para o autor, elas "[...] só despertam interesse quando ilustram os comportamentos ou as aparências ligadas às condições sociais, estatisticamente, mais frequentes" (idem, ibidem, p. 174). Na sua concepção, essa abordagem apropria-se apenas daqueles elementos biográficos considerados historicamente reveladores – aqueles que contêm alcance geral.

Nesse sentido, creio que uma das maneiras de se escapar desse tipo de abordagem é oferecer um maior espaço aos comportamentos e padrões desviantes da coletividade. Muitas vezes, os casos excepcionais e os fracassos são mais eloquentes – na demonstração das normas sociais que condicionavam as trajetórias – do que os comportamentos mais comuns ao grupo.

Num estudo anterior, no qual apliquei o método para identificar, entre outros fatores, os mecanismos de recrutamento no interior da elite política do Rio Grande do Sul, verifiquei que um dos maiores líderes políticos, no Segundo Reinado, destoava de todos os padrões gerais de recrutamento verificados para o grupo maior. Em vez de ignorar tais diferenças, busquei problematizar os motivos que o fizeram ascender ao topo daquela elite, quando ele tinha contra si uma série de indicadores que diminuíam as suas chances de sucesso na política. Tal indivíduo era um general do exército e, a partir da análise da sua trajetória (aqui recorri a um outro método), acabei descobrindo que o mundo da guerra influía, indiretamente, nos mecanismos de recrutamento do campo da política, pois líderes milicianos e militares desequilibravam os resultados eleitorais e

possuíam um prestígio social e político imbatível naquela sociedade fronteiriça (VARGAS, 2010).

Outra questão importante levantada por Charle (2006) diz respeito ao que ele chama de "prosopografia comparada". É difícil apreciar a riqueza dos resultados de um grupo estudado se o historiador não os compara com outros grupos semelhantes para uma outra região ou realidade histórica. É compreensível quando tal técnica deixa de ser aplicada por falta de pesquisas que favoreçam essa comparação. No estudo que realizei sobre a elite política rio-grandense, busquei outros trabalhos para comparar e só os localizei para a Bahia e o Ceará oitocentista.[11] Entretanto, em outro artigo que escrevi sobre os juízes de direito e suas relações com o mundo da política, não identifiquei estudos para outras províncias e, portanto, não posso afirmar se os aspectos que identifiquei em minha pesquisa ocorriam em todo o Brasil ou se eram característicos somente do Rio Grande do Sul (VARGAS, 2016a).

A comparação também foi central no estudo de Peter Burke (1991) sobre as elites de Veneza e Amsterdã, no século XVII. Referência fundamental para qualquer um que queira conhecer melhor a respeito da prosopografia empregada na prática, o autor, depois de muitas páginas de análise, evidencia que naquele contexto Amsterdã já era uma sociedade de classes, enquanto Veneza ainda se constituía numa sociedade dividida em estamentos (BURKE, 1991). Nesse sentido, o exercício comparativo é sem dúvida um dos pontos altos de sua pesquisa e a exposição clara dos dados, divididos em capítulos temáticos, servem como importante "manual" para os iniciantes.

E já que falei em manual, é necessário considerar que, embora não exista uma receita para a correta aplicação do método, é possível estabelecer alguns critérios iniciais. As dúvidas e perguntas mais realizadas por alunos e colegas dizem respeito ao tamanho do grupo a ser estudado, ao período de análise mais adequado, às fontes documentais utilizadas e ao tratamento dos

[11] Uma versão mais aprofundada foi publicada em Vargas (2012).

dados. Existem grupos mais fáceis de se aplicar o método do que outros. O processo de composição da lista dos membros dos grupos institucionais tende a ser mais rápido se comparado aos não-institucionais. Nesse sentido, atualmente as próprias instituições disponibilizam informações biográficas sobre os seus membros, seja nos seus *sites* oficiais ou nos seus arquivos. Não é à toa que as elites políticas são as mais estudadas. Parlamentares e chefes do Executivo deixam mais informações do que juízes, negociantes e padres, e quanto mais importante o cargo ocupado no campo da política, maior é a quantidade de dados biográficos do indivíduo.

Grupos não-institucionais, como comerciantes, fazendeiros, criadores de gado, proprietários e capitalistas, tendem a ser mais difíceis de ser cercados pelo historiador, pois dificilmente eram publicadas listas completas dos indivíduos que exerciam tais atividades em determinada localidade. Quando existem tais documentos, como os Almanacks Mercantis, eles trazem somente os nomes das pessoas. Tal dificuldade diminui as possibilidades de se aplicar o método para esses grupos. Os historiadores recorrem aos inventários *post mortem*, testamentos, listas nominativas, necrológios, periódicos da época, dicionários biográficos, mas nem todas as regiões apresentam tais documentações e muitas pessoas simplesmente deixam poucos rastros entre os papéis velhos.

O tamanho do grupo a ser prosopografado também se constituiu em uma dúvida corrente: "Qual o tamanho mínimo deve ter um grupo para a aplicação do método?". Nunca consegui responder a esta questão sem saber de que grupo se trata e qual a representatividade dos indivíduos escolhidos. Se existem 20 industriais em uma cidade e aplico o método para 10 deles, pois não consegui informações a respeito dos demais, parece-me um recurso válido. Mas se existem 300 industriais em outra cidade e aplico o método para 10 deles, os resultados passam a ser bastante duvidosos. Assim, a justificativa do grupo a ser analisado talvez seja a primeira etapa mais importante da pesquisa.

É preciso fundamentar bem o motivo que leva o pesquisador a escolher um determinado grupo de pessoas. Em uma pesquisa que realizei sobre os charqueadores pelotenses, fiz uma incursão inicial sobre mais de 140 proprietários ao longo do século XIX, mas ao final reduzi meu olhar mais focado em 12 famílias e foi para elas que apliquei o método. Mas quem eram essas famílias? Eram as mais ricas dentro do grupo. Portanto, apliquei o método em um grupo de indivíduos previamente separados, pois meu objetivo era estudar os mais ricos (VARGAS, 2016b). Não conheço estudos que tenham aplicado o método para um grupo inferior a 10 pessoas. O fato é que grupos menores favorecem um questionário mais amplo, enquanto grupos enormes, com mais de 500 indivíduos, dificultam a coleta de todos os dados biográficos. Em uma pesquisa anterior que realizei com Flávio Heinz a respeito dos deputados estaduais no Rio Grande do Sul (1946-1982), conseguimos informações apenas sobre o partido político, a profissão e o local de nascimento (HEINZ et al., 2005). Por mais que quiséssemos investigar o casamento, a religião, a carreira e outras ocupações, o sucesso seria muito pequeno, visto o tamanho do grupo e a presença de políticos de pouca expressão. Mas se o nosso estudo subisse alguns degraus na hierarquia política e investigasse somente os senadores ou os governadores do estado no mesmo período, os resultados seriam mais proveitosos, uma vez que alguns deles, como Leonel Brizola, Ildo Meneghetti e Alberto Pasqualini, por exemplo, possuem até suas biografias publicadas.

Acredito que uma investigação de um período mais longo é mais interessante que a análise de poucos anos. Prefiro uma abordagem que dê conta de duas ou mais décadas do que uma legislatura apenas, no caso dos estudos sobre os parlamentos. Longas durações, de um século ou mais, estão na base de estudos clássicos como os de Lawrence Stone e Peter Burke, mas são mais difíceis de serem aplicadas. Esses períodos mais logos permitem análises de permanências e rupturas sociais bastante interessantes. Pode-se verificar quais grupos profissionais são politicamente mais importantes em determinada época e se conseguem se manter em certos espaços de poder, se os investimentos em determinados recursos são substituídos por outros, se os filhos e netos continuam reproduzindo os padrões de comportamento dos pais, se as guerras ou revoluções afetam o recrutamento das elites, se determinada instituição elitiza ou democratiza o seu recrutamento ao longo do tempo, se os partido políticos alteram o perfil de seus líderes, entre muitos outros problemas de pesquisa. Mais adiante retomo algumas considerações a respeito do método, mas antes disso preciso apresentar ao leitor algumas questões referentes à análise de redes sociais.

Análise de redes sociais

A noção de *rede social*, cara aos antropólogos e cientistas sociais, cada vez mais vem sendo utilizada entre os historiadores, e, para estudá-las costuma-se utilizar o método de análise das redes sociais. Conforme Jeremy Boissevain (1979), é um método com preceitos teóricos e não se trata de algo novo nas ciências humanas. Para o autor, desde a década de 1950, J. A. Barnes e Elizabeth Bott, que cunharam o termo "rede", já se dedicavam a estudá-la – algo que se difundiu amplamente entre sociólogos, cientistas políticos e antropólogos cerca de 15 anos depois.[12]

Apesar das ricas trocas interdisciplinares que caracterizaram as reflexões a respeito das redes sociais, atualmente os historiadores contam com suas próprias considerações sobre o uso do método na pesquisa histórica. Entre eles podemos destacar Zacarías Moutoukias, Michel Bertrand e José María Imizcoz. Parte de suas reflexões derivam das críticas que fizeram

[12] O contato dos historiadores com estes tipos de abordagem deu-se na troca interdisciplinar com muitos destes estudiosos, sobretudo os antropólogos. Cf. Boissevain, 1979. Algumas das melhores revisões sobre as origens do método e um balanço sobre autores que o utilizaram nos últimos anos podem ser encontrados em Imizcoz, 2004; Mitchell, 1974; Bertrand; Guzzi-Heeb; Lemercier, 2011.

à historiografia tradicional que enfatizava a noção, demasiadamente, rígida de família patriarcal como o verdadeiro agente social no mundo colonial e oitocentista, agindo sob a firme direção de um patriarca.[13] No caso das "famílias de elite", na maior parte das vezes, a família era tomada a partir das características socioprofissionais de seus integrantes, investigando-se, assim, famílias de comerciantes, de proprietários rurais e de funcionários de governo. Partia-se do núcleo familiar para fazer um estudo geracional, enfocando a trajetória da família e as relações que iam se construindo, por exemplo, através de alianças matrimoniais.[14]

Enfim, nesse contexto a crítica de Bertrand e Moutoukias às análises tradicionais, acerca do mencionado protagonismo das famílias patriarcais, dirige-se à naturalização da importância das relações familiares entre aqueles vínculos que condicionam as escolhas dos atores, seus processos de construção identitária, suas formas de acessar recursos e de se envolver em relações de reciprocidade. Enfatiza-se que nem sempre os laços familiares são os mais efetivos quando se trata da atuação concreta. Da mesma maneira, se a relações parentais envolvem um potencial agregador, elas também carregam o germe de conflitos que, muitas vezes, rompem solidariedades. Alguns dos estudos criticados, por exemplo, reconstruíam o espaço do parentesco alargado e chamavam isso de "redes de parentesco", fazendo um uso bastante precário da abordagem da análise de redes sociais. Portanto, não se trata de ignorar a importância das relações familiares no estabelecimento de laços e na sua ativação no mundo social. O que se deve evitar é a naturalização de sua importância, recusando partir da ideia de sua superioridade em relação a outros campos geradores de solidariedades, como os de compadrio, gênero, amizade, atividade profissional, vizinhança, ideologia, etc. Além disso, não se deve definir *a priori* a estrutura da família, ou seja, não delimitar rigidamente suas fronteiras tornando-a uma "coisa" dotada de propriedades definidas pela inserção socioprofissional de seus membros e cujo comportamento coletivo pode ser deduzido a partir daí (VARGAS, FARINATTI, 2014).

[13] Trata-se dos estudos de Brading, 1971; Kicza, 1986; Socolow, 1991.
[14] Compartilhei dessas reflexões com o colega Luís Farinatti em Vargas; Farinatti, 2014. Para os mencionados estudos, cf. Bertrand, 1999; Bertrand, 2000; Moutoukias, 2000.

Desde o desenvolvimento do método entre antropólogos e sociólogos, surgiram muitas correntes que vieram a complexificar a sua utilização, algumas delas dando ênfase maior às elaborações gráficas e aos critérios mais quantitativos de análise.[15] No entanto, pelo que se percebe, mesmo conhecendo estas correntes, os historiadores têm utilizado o método de maneira não tão rígida e matemática, atribuindo-lhe um valor analítico mais instrumental e voltado para os seus interesses de pesquisa. Se uns esforçam-se mais na elaboração gráfica das redes, outros, numa perspectiva mais qualitativa, valorizam mais a pesquisa empírica e a investigação dos múltiplos vínculos que ligam indivíduos, enquanto outros se dedicam a demonstrar as redes em pleno funcionamento. Portanto, atualmente é possível considerar que não há um consenso a respeito da forma correta de empregá-lo, bem como é muito difícil estabelecer um modelo de aplicação geral, uma vez que os analistas o utilizam para estudar as mais diversas ligações entre indivíduos no tempo e no espaço. Isso não significa dizer que não existam pontos comuns e preceitos básicos que quase todos os autores compartilham. A seguir, exponho alguns deles. Mas a avaliação inicial que faço é a de que os usos realizados pela historiografia brasileira são positivos, sobretudo nos estudos sobre as redes administrativas, mercantis e governativas no interior dos impérios ibéricos na América, e têm trazido uma importante renovação historiográfica.[16]

Como dito, para que as redes sociais sejam analisadas de forma que favoreçam o conhecimento histórico a respeito das relações humanas, creio ser necessário escapar de uma suposta frouxidão teórica, buscando estabelecer alguns preceitos básicos. Primeiramente, mesmo que se concorde com a afirmação de que a sociedade é uma rede de redes, devemos avançar no sentido de

[15] Cf. Chwe, 2000; Burt, 1976.
[16] Cf. Gouvêa in Gouvêa; Fragoso, 2010; Gil, 2007; Prado, 2009; Martins, 2007; Vargas, 2010.

complexificar estas relações sociais, pois esta simples enunciação não resolve as questões propostas pelos pesquisadores e apresenta um fraco poder explicativo acerca dos fenômenos sociais a serem analisados. Conforme Imizcoz (2004), desde as décadas de 1950 e 1960 o principal objetivo metodológico da análise de rede social tem consistido em superar o uso metafórico e habitual do termo "rede", ou seja, num sentido muito abrangente, para levar a cabo uma análise mais efetiva da rede social.

Apesar das diferentes definições e posições defendidas, o princípio básico do conceito é simples. Segundo Mitchell (1974), a rede seria um conjunto específico de conexões entre um grupo definido de pessoas, sendo que as características de tais conexões podem ser usadas para interpretar o comportamento social dos indivíduos implicados. De acordo com J. A. Barnes, a rede é um campo social específico definido por relações pessoais e que serve para descrever uma ordem social que supere os limites de um grupo, corporação ou categoria socioprofissional (BARNES,1954 apud MOUTOUKIAS, 1992).

Levando em consideração esses aspectos, Imizcoz (2004) define que um dos fatores positivos do uso da noção de rede nas análises historiográficas é que ela rompe com o pré-determinismo comportamental associado ao pertencimento de uma classe, profissão, etc. Seguindo o mesmo caminho dos teóricos clássicos sobre as redes sociais, Bertrand (2000) considerou que se pode definir a rede social como um complexo sistema relacional que permite a circulação de bens e serviços, tanto materiais como imateriais, dentro de um conjunto de relações estabelecidas entre seus membros e que afeta a todos, direta ou indiretamente, e desigualmente.

Em um recente balanço, Bertrand (2000) e outros autores avaliaram os caminhos que os estudos de redes sociais têm trilhado entre os historiadores. Eles apontaram a distinção entre, de um lado, os trabalhos que buscam uma visão mais macroanalítica, tentando dar conta de todo um conjunto de relações e os fatores agregadores que fazem aglutinar conjuntos de relações em

alguns setores do universo social, e, de outro, abordagens "micro", centradas nas escolhas e agências dos sujeitos históricos (BERTRAND; GUZZI-HEEB; LEMERCIER, 2011).

Segundo Imizcoz (2004, p. 10),

> A análise de rede social nasceu como reação contra tudo o que nas análises sociais clássicas determina os indivíduos. Num primeiro momento, esta linha se caracterizou por um forte "individualismo metodológico". A vontade de demonstrar a não determinação das regras, das normas ou dos atributos, e, ao contrário, as incidências da forma da rede sobre as condutas, levou a obviar ou a não refletir sobre os atributos e as normas, ou sobre seu significado ou valor desde o ponto de vista da rede.

Trabalhos posteriores corrigiram esse equívoco ao destacarem as condicionantes sociais que influenciavam uma trajetória individual. Nesse sentido, o método da análise de redes oferece uma importante contribuição teórico-metodológica para uma historiografia cada vez mais interessada na ação dos atores sociais (IMIZCOZ, 2004).

Entretanto, apesar de não contarem com uma coesão de classe, ordem ou corporação, os membros de uma rede, conforme Moutoukias (2000, p. 12), "[...] tendem a estabelecer um consenso acerca das normas e a exercer uma pressão constante, informal, uns sobre os outros, para que todos se adequem às mesmas". Isso se dá dessa forma porque, conforme Carl Landé (1977), a rede é um campo social que compreende uma totalidade de relações diádicas significantes. Portanto, o princípio do funcionamento das relações diádicas ajudaria a explicar como se forma este aparente consenso existente no interior de uma rede. De acordo com Landé (1977), a relação diádica somente acontece quando dois indivíduos estão ligados por um laço pessoal direto. A ajuda

mútua em caso de necessidade, a troca de favores e a lealdade pessoal seriam as características básicas deste tipo de relação (LANDÉ, 1977). Uma vez quebradas essas condições entre os dois indivíduos, a aliança diádica se dissolveria. Portanto, por aglutinar uma porção de relações diádicas, a rede é permeada por relações de reciprocidade pessoal e a sua duração depende da própria duração das díades que a sustentam. É possível, nesse sentido, dizer que a rede possui uma série de normas e consensos internos e que a sua variação depende do tipo de bens materiais e simbólicos que são trocados em seu interior.

Por apresentarem relações diádicas entre indivíduos com recursos iguais e desiguais, as redes não são cadeias com ligações homogêneas, mas sim um conjunto de relações pessoais que também envolvem indivíduos em condições desiguais.[17] Isto quer dizer que as pessoas ocupam diferentes posições dentro de uma rede social. Para que a rede ganhe em significado, Boissevain (1979) defende que o conteúdo das suas ligações pessoais, também, deva ser analisado. Seguindo esse passo, é possível descobrir que tipo de recursos e atributos pessoais definem posições dentro de uma determinada rede. Conforme Moutoukias (2000), os atores sociais interconectados dispõem de diferentes margens de negociação. A importância do indivíduo dentro de uma rede depende da "importância dos recursos manipulados" pelo mesmo (MOUTOUKIAS, 2000). O mesmo é referido por Landé (1977) considera que a quantidade e o tipo de recursos possuídos por um agente condicionam o número de alianças diádicas que o mesmo é capaz de formar. Nesse sentido, os valores dos recursos são relativos à sociedade que se analisa e as características pessoais mais valorizadas na mesma.

Como não existe um método infalível e, com o tempo, o aprendizado das técnicas de análise nos favorece a perceber seus pontos positivos e negativos, as críticas mais consistentes ao uso dessa metodologia foram feitas pelos próprios especialistas nas redes sociais. Boissevain (1979), por exemplo,

[17] Cf. Imizcoz, 2004.

considerou que, apesar de tudo que as redes podem demonstrar, elas não são suficientes para explicar sozinhas alguns fenômenos mais complexos. O método, portanto, deve ser combinado com outras formas de análise e com outros conceitos para poder servir ao pesquisador. Um segundo perigo apontado pelo autor é a sobrevalorização de ligações pessoais simples, o que poderia ocasionar em conclusões equivocadas ou triviais (BOISSEVAIN, 1979).

Outro comentário importante foi feito por Imizcoz (2004), que alertou para a confusão que alguns fazem com relação às redes sociais e à estrutura social. Para ele, as estruturas sociais "[...] preexistem às relações entre atores e, neste sentido, condicionam – com um determinismo débil – os atores sociais" (IMIZCOZ, 2004, p. 14). No entanto, "[...] o mesmo tempo, as estruturas se constroem, reforçam ou modificam como efeito emergente da ação e das relações dos atores sociais" (idem, ibidem, p. 14). A nosso ver, Imizcoz (2004), acertadamente defende que a rede não deve ser vista de forma, relativamente, autônoma às outras estruturas sociais, como as de classe, por exemplo, e, sim, em sintonia com elas. "As pessoas não se relacionam entre si livre nem aleatoriamente, mas sim em função da 'estrutura de relações' em que estão imersas" (ibidem, p. 14). Esta estrutura de relações, no entanto, está estreitamente relacionada com os atributos, recursos pessoais e familiares apresentados pelos atores históricos dentro deste jogo relacional.[18]

Devido ao emaranhado de ligações pessoais, as redes não apresentam um formato fácil de ser capturado. Em comparação com os antropólogos, que desenvolveram os aspectos teóricos mais básicos a respeito das redes sociais, os historiadores encontram maiores dificuldades para reconstruir os diversos pontos de uma rede de relações. Desse modo, levou Moutoukias (2000, p. 13) considerar que estas "cadeias" de relações pessoais estão "[...] incluídas em um tecido inextrincável e em ocasiões confusas, na qual é difícil distinguir

[18] De acordo com Imizcoz (2004, p. 14-15), a "[...] organização social, a desigual distribuição dos recursos econômicos, culturais, institucionais e simbólicos – isto é, os atributos dos atores sociais – condicionam as 'posições' sociais e o tipo de relações de uns e outros na escala social".

o alcance e a configuração dos grupos de lealdade". Pensando numa maneira de operacionalizar o uso do conceito, Landé (1977), considera que, para os resultados da pesquisa serem proveitosos, a rede deve apresentar um tamanho manejável. Para ele, a busca de uma rede muito ampla é algo ideal e sem sentido ou valor heurístico. Seria, talvez, mais apropriado tentar identificar a "[...] rede de vínculos usados mais frequentemente" (LANDÉ, 1977, p. 55-58), uma vez que, conforme Landé (1977), algumas díades são acionadas mais vezes do que outras.

Considerando todos os autores aqui analisados, creio que a melhor maneira de refletir sobre o uso da análise de redes sociais é testá-la e demonstrá-la por meio da pesquisa empírica. Prefiro sempre encarar as redes como vínculos de duração limitada e que precisam passar por um processo de manutenção contínuo por parte dos agentes envolvidos. Elas são ligações construídas, alimentadas e rompidas ao longo de uma vida e visam resultados pessoais e coletivos.[19] Defendo que, para o historiador, as redes só passam a existir se elas foram efetivadas por dois ou mais indivíduos a ela pertencentes, caso contrário, a sua comprovação empírica deixa a desejar. Portanto, deve-se demonstrar o seu funcionamento, ou seja, a rede social sendo ativada para a obtenção (e recebimento) de favores, e não uma suposta ligação entre indivíduos, naturalizando vínculos pessoais.

Muitas são as formas de se demonstrar o seu funcionamento. Se uma rede é formada por cadeias diádicas transversais, todas as relações que não são diádicas precisam ser descartadas. Como ensina Landé (1977), contratos entre patrões e empregados, relações de mercado entre compradores e vendedores, relações entre senhores e escravos, maridos e esposas, pais e filhos, irmãos com irmãos, a princípio são formais, e, não se encaixariam na informalidade que caracteriza os vínculos básicos que compõem uma rede social. Um dos

[19] Portanto, como já mencionado aqui, as redes são mais complexas que uma ligação diádica, pois, segundo Landé (1977), estas últimas têm por finalidade apenas os ganhos individuais, enquanto a rede, conforme Imizcoz (2004), pode servir a uma família, facção ou grupo de amigos.

princípios da rede social é que ela é acionada na busca de favores, informações e recursos materiais e imateriais que não seriam adquiridos (ou seriam adquiridos com maior dificuldade e lentidão) pelas vias formais (institucionais, de mercado, na família, na relação empregatícia, etc.). Portanto, documentos que ajudem a demonstrar essas ligações são muito úteis para o estudo das redes sociais (LANDÉ, 1977).

As correspondências privadas talvez sejam uma das principais fontes utilizadas pelos historiadores que se interessam pela análise de redes.[20] Como enfatizou Imizcoz (2004), elas possibilitam estudar a existência de redes egocentradas, nas quais um indivíduo concentra a concessão de favores e serviços, muito comum nas relações patrão/cliente. Contudo, deve-se tomar cuidado para o trabalho com tais documentos, pois, geralmente, os arquivos privados passam por uma triagem do próprio indivíduo que recebeu as cartas, quando os próprios familiares, após o seu falecimento, não o fazem. Além do mais, se uma biblioteca não reflete todos os livros que uma pessoa leu em vida, uma coleção de cartas não revela o conjunto total de suas relações. Muitas vezes, os principais vínculos de uma pessoa no interior de uma rede social estavam tão próximos dela que não tornava necessária a comunicação epistolar. Portanto, a penosa identificação das redes sociais sempre é parcial e é perigoso definir os seus limites com precisão. No geral, a leitura de correspondências privadas permite verificar que tipos de recursos são mais requisitados pelos agentes de uma rede social. Estudos que buscam analisar as relações clientelísticas em determinadas sociedades têm, nessa documentação, um verdadeiro trunfo (MENEGAT, 2009; MARTINS, 2007; VARGAS, 2010).

As eleições em sociedade agrárias e pré-industriais são outro belo exemplo de como as redes sociais operavam em tal contexto. Candidatos acionavam eleitores e fazendeiros em busca de apoio e uma cadeia de negociações, isso

[20] Visto que estudo, principalmente, as sociedades do século XIX, deixo de comentar aqui os depoimentos orais como fonte histórica. Eles são ricos para a busca da formação das redes.

é nitidamente perceptível na leitura das cartas. Quando eleitos, os candidatos deviam retribuir o apoio, fazendo movimentar a engrenagem clientelista que se propagava, muitas vezes, até a cúpula do poder nacional. Nesse sentido, as redes ajudam a explicar como os políticos relacionavam-se com outros grupos sociais, jogando com a circulação de informações e recursos, como convertiam os ganhos oriundos de suas posições ocupadas em favores para outros grupos de pessoas e como elas ajudavam a reproduzir a desigualdade social que caracterizava a própria sociedade em que estavam inseridas. Nesse aspecto, as famílias são fundamentais para a multiplicação das redes e, geralmente, ocupam o núcleo de grandes facções.

As redes sociais também favorecem o estudo das chamadas redes mercantis e redes governativas e na própria compreensão de como funcionavam os impérios coloniais na época moderna. Com isso, é possível perceber como agentes comerciais espalhados por diferentes portos relacionavam-se para obter informações, favores e contratos, agindo por fora do mercado formal, tanto de crédito quanto de produtos negociados. Do mesmo modo, é perceptível, também, como agentes administrativos atuavam em nome da Coroa mediando interesses de reinóis e colonos, numa cadeia repleta de negociações e conflitos por riqueza e poder. As redes sociais são úteis no estudo das migrações, pois, parentes que migravam continuavam mantendo correspondência com familiares próximos e distantes e serviam como ponto de contato para futuros imigrantes de suas vilas de origem, facilitando o processo de migração e adaptação das gerações seguintes. Os recrutamentos para as milícias e o próprio exército também podem ser compreendidos a partir das redes de relações tecidas pelos oficiais e seus parentes, uma vez que as milícias estavam repletas de relações de dependência e, muitas vezes, se confundiam com os bandos e as facções políticas (GIL, 2007; VARGAS, 2010). Em outro estudo importante, Tassiana Saccol (2013) percebeu que, na ausência de um mercado editorial formal e com maiores oportunidades, as publicações no final do período imperial

davam-se por meio de uma "rede de letrados", que tinham nas grandes capitais intelectuais responsáveis por colocar em contato jovens escritores ambiciosos com importantes editores (SACCOL, 2013).

Em dois estudos anteriores que realizei com Luís A. Farinatti, exercitamos o uso do método para outros fins. No primeiro deles, buscamos demonstrar como os vínculos de compadrio podem servir como indício de parte das redes de relações dos indivíduos, uma vez que não se convidava qualquer pessoa para batizar os seus filhos. Se hoje as relações de compadrio não possuem tanta importância, no século XIX elas eram consideradas como forte vínculo de proteção e solidariedade. Nesse sentido, buscamos demonstrar as redes de compadrio e de como elas podiam favorecer a formação/manutenção das redes sociais. Um dos nossos objetivos foi demonstrar como os oficiais militares na fronteira do Rio Grande do Sul, com os países platinos, buscavam ajuda dos compadres em momentos de necessidade, tais como: o empréstimo de cavalos, a arregimentação de homens e alianças diversas (VARGAS; FARINATTI, 2014). No outro estudo, evidenciamos como um pai acionava uma rede de relações envolvendo comerciantes, juízes e diplomatas para manter os filhos estudando em Paris e, com isso, estabelecemos uma reflexão de que tal modelo de rede social devia ser comum no século XIX. Chegamos à tal conclusão por conta de que existiam cursos superiores somente em quatro capitais do Império e poucas agências bancárias. Portanto, devia ser comum os pais estabelecerem relações com comerciantes localizados nas referidas cidades por meio de intermediários para que os filhos sacassem suas "mesadas" num sistema de crédito e confiança que devia ser acessado continuamente. Isso significa considerar que a formação, de boa parte da classe política, brasileira deu-se a partir dessas redes de relações desde a época da faculdade e, talvez, muitas delas continuavam sendo acessadas ao longo de suas carreiras profissionais e políticas (VARGAS; FARINATTI, 2017).

Por fim, é necessário considerar que a utilização da palavra "rede" tanto no uso cotidiano das pessoas quanto entre cientistas sociais e historiadores antecede muito a formulação dos mencionados conceitos e métodos descritos aqui. Portanto, a menos que os autores digam que estão utilizando a análise de redes sociais (*network analysis*) ou entendem a rede da mesma forma que Mitchels, Barnes, Landé e outros, não se deve cobrá-las por um mal uso. Termos como "rede mercantil", "rede de crédito", "rede parental", "rede política", entre outros, podem ter ou não ter relação com o que foi exposto e constituir-se apenas como uma figura de linguagem ou um recurso narrativo do pesquisador. Tendo sido feita esta importante ressalva, encaminho algumas palavras finais.

Considerações finais

Escolhi a parte final do presente texto para um posicionamento pessoal a respeito das metodologias analisadas até aqui. E a ordem da exposição realizada no texto não foi casual. Conforme Bulst (2005, p. 49), "[...] a pesquisa prosopográfica é essencialmente uma pesquisa quantitativa [...]". Considero a prosopografia um ótimo método para servir como ponto de partida nos estudos sobre elites, mas os padrões sociais identificados por ele não devem servir como respostas finais. "A prosopografia é muito útil como instrumento do desvelamento de certas causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos, mas não responde a todas as questões colocadas pela complexidade do social" (HEINZ, 2006, p. 11-12). Em outro trecho, Heinz complementa: "[...] normalmente articulado a outros procedimentos, o recurso à prosopografia deve representar apenas um momento da operação historiográfica – rico, instigante, científico, ousaria dizer –, nunca o seu fim" (idem, ibidem, p. 11-12). Assim sendo, acredito que para atingir uma visão mais completa a respeito do recrutamento das elites a serem estudadas, é preciso combinar este método com a análise das trajetórias individuais e familiares, suas redes de relações, estratégias e outros fatores sociais num exercício mais profundo de microanálise, confrontando o quantitativo com o qualitativo. Nesse sentido, a construção do perfil coletivo pode ser encarada como uma primeira etapa de mapeamento, uma vez que é impossível saber quem são os casos desviantes se não soubermos quais os padrões gerais do grupo.

Algumas correntes analíticas enfatizam bastante o enfoque quantitativo, evitando, em diferentes graus, um tratamento mais qualitativo dos dados. Tais análises são comumente empregados num dos ramos de estudos da ciência política a respeito das formas de composição e recrutamento das elites. Contudo, mesmo reconhecendo a enorme contribuição e validade de tais estudos, advogo um maior diálogo com outras metodologias menos quantitativas que oferecem um maior espaço para a avaliação do papel dos indivíduos e grupos menores de atores.

Nesse sentido, também, considero um tanto incompleta, do ponto de vista da complexidade das relações sociais, toda e qualquer análise que não leve em conta as individualidades em jogo. Um caminho de sucesso no ramo dos negócios, a liderança em uma associação, a conquista de um alto cargo político, entre outros exemplos, pode depender de fatores pessoais que destoem do coletivo. E, assim, um indivíduo pode alcançar um patamar social superior (ou alguma outra distinção) por conta de suas redes de relações. No entanto, somente a prosopografia é capaz de identificar o padrão geral de recrutamento e ascensão social. Daí que ambos os métodos se complementam.

Outra questão diz respeito ao tratamento dos dados coletados. Certos pesquisadores têm uma espécie de fetiche por bancos de dados sofisticados ou programas especializados em formular gráficos de redes. Afirmo, com certa convicção, que o melhor *software* a ser utilizado pelo historiador é o seu próprio cérebro. Programas e bancos de dados não pensam por si só e muitas das mais influentes pesquisas na área foram realizadas por gerações anteriores ao desenvolvimento da informática. Com isso, não quero desprezar

as ótimas contribuições, trazidas por estudiosos, que combinam um reconhecido conhecimento historiográfico com suas habilidades tecnológicas. Muitos deles são meus amigos e tenho certeza que concordariam comigo, pois, em última instância, a máquina apenas responde às operações que pedimos a ela que realize. Tendo criatividade, refletindo a respeito dos estudos que utilizaram o método e praticando-o bastante, os resultados podem ser bastante positivos. Ao final, tenho certeza que todos buscam contribuir para um melhor conhecimento a respeito das elites brasileiras, de suas estratégias sociais e projetos políticas ao longo da história, algo tão necessário nos tempos atuais.

Referências

ALMEIDA, Carla. A prosopografia ou biografia coletiva: limites, desafios e possibilidades. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: USP, 2011.

BARMAN, Roderick; BARMAN, Jean. The Prosopography of the Brazilian Empire. *Latin American Research Review*, v. 13, n. 2, p. 78-97, 1978.

BASILE, Marcello. Deputados da Regência: perfil socioprofissional, trajetórias e tendências políticas. In: CARVALHO, José Murilo de; CAMPOS, Adriana Pereira (Orgs.). *Perspectivas da cidadania no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 87-122.

BERTRAND, Michel. De la família a la red de sociabilidad. *Revista Mexicana de Sociologia*, v. 61, n. 2, abr./jun. 1999.

_____. Los modos relacionales de las elites hispano-americanas coloniales: enfoques y posturas. *Anuario del IEHS*, Tandil, n. 15, p. 61-80, 2000.

BERTRAND, Michel; GUZZI-HEEB, Sandro; LEMERCIER, Claire. Introducción. ¿En que punto se encuentra la análisis de redes en Historia? *REDES Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, n. 1, dec. 2011.

BOBBIO, Norberto. Teoria das Elites. In: _____. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1998, p. 385-391.

BOISSEVAIN, Jeremy. Network Analysis: a reappraisal. *Current Anthropology*. Califórnia, v. 20, n. 2, p. 392-394, jun. 1979.

BOTELHO, Tarcísio; REZENDE, Mateus; LEMOS, Gusthavo. *Redes Sociais e História*. Belo Horizonte: Veredas & Cenários, 2013.

BRADING, David. *Miners and Merchants in Bourbon Mexico 1763-1810*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

BULST, Neithard. Sobre o objeto e o método da prosopografia. *Politeia*, v. 5, n. 1, p. 47-67, 2005.

BURKE, Peter. *Veneza e Amsterdã:* um estudo das elites do século XVII. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BURT, Ronald. Positions in Networks. *Social Forces*, Carolina do Norte, v. 55, n. 1, p. 93-122, sep. 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial e Teatro de Sombras: a política Imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARLE, Christophe. *Les elites de la République (1880-1900)*. Paris: Fayard, 1987.

CHARLE, Christophe. A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 41-53.

CHWE, Michael Suk-Young. Communication and Coordination in Social Networks. *The Review of Economic Studies*, v. 67, n. 1, p. 1-16, jan. 2000.

CODATO, Adriano; HEINZ, Flávio. A prosopografia explicada para cientistas políticos. In: CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (Orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: UFPR, 2015.

CODATO, Adriano; PERISSINOTO, Renato (Orgs.). *Como estudar elites*. Curitiba: UFPR, 2015.

CORADINI, Odaci Luis (Org). *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul*: algumas contribuições recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ENGELMANN, Fabiano. *A formação da elite jurídica no Rio Grande do Sul*. 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Carla; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de *Conquistadores e negociantes*: Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GIL, Tiago. *Infiéis transgressores*: elites e contrabandistas nas fronteiras do Rio Grande e do Rio Pardo (1760-1810). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. "Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, 1680-1730". In: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAGOSO, João Luís Ribeiro (Orgs.). *Na trama das redes*: Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAGOSO, João Luís Ribeiro (Orgs.). *Na trama das redes*: Política e negócios no Império Português. Séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino jurídico e política partidária no Brasil:* a Faculdade de Direito de Porto Alegre (1900-1937). 2005. 417 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

HEINZ, Flávio. Considerações acerca de uma história das elites. *Revista Logos*, Canoas, v. 11, n. 1, p. 46, 1998.

_____. (Org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. O historiador e as elites: à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Por uma outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 11-12.

_____. (Org.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

_____. Nota sobre o uso de anuários do tipo *Who's who* em pesquisa prosopográfica. In: HEINZ, Flávio (Org.). *História social de elites*. São Leopoldo: Oikos, 2011.

HEINZ, Flávio et al. *O Parlamento em tempos interessantes*: breve perfil da Assembleia Legislativa e seus deputados (1947-1982). Porto Alegre: Corag, 2005.

HIPPOLITO, Lúcia. *De Raposas e Reformistas*: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

IMIZCOZ, José María. Actores, Redes, Procesos: reflexiones para una história más global. *Revista da Faculdade de Letras – História*, Porto, v. 5. p. 1-28, 2004.

KICZA, John. Edward. *Empresarios Coloniales*: Familias y negocios en la ciudad de México durante los borbones. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.

LANDÉ, Carl Herman. A Base Diádica do Clientelismo. In: SCHIMIDT, Stefden et. al. (Eds.). *Friends, followers and factions*. Berkeley: University of California Press, 1977, p. xiii-xxxviii (versão datilografada e traduzida para fins didáticos).

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 168-182.

LEVINE, Robert. *A velha usina*: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

LOVE, Joseph. *A locomotiva*: São Paulo na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar*: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Rio de Janeiro: ANRJ, 2007.

MATHIAS, Carlos Kelmer. Análise de rede social. *Revista Intertesis*, v. 11, p. 131-146, 2014.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Bahia*: Século XIX (Uma Província no Império). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MENEGAT, Carla. *O tramado, a pena e as tropas:* família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). 2009. 205 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MITCHELL, James Clyde. Social Networks. *Annual Review of Anthropology*, v. 3, p. 279-299, 1974.

MONTEIRO, Lorena Madruga. Prosopografia de grupos sociais, políticos situados historicamente: método ou técnica de pesquisa? *Pensamento Plural*, v. 7, n. 14, p. 11-21, jan./jun. 2014.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Familia Patriarcal o redes sociales: balance de una imagen de la estratificación social. *Anuario del IEHS*, Tandil, v. 15, 2000.

MOUTOUKIAS, Zacarías. Redes personales y autoridad colonial: los comerciantes de Buenos Aires em el siglo XVIII. *Annales, Histoire, Sciences Sociales*, Paris, p. 1-35, maio./jun. 1992. (Traduzido por María Carolina Zapiola).

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da Independência (1820-1822). Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

PRADO, Fabrício. *In the shadows of empires*: trans-imperial networks and colonial identity in Bourbon Río de la Plata. 2009. 297 p. Thesis (Doctorate in Philosophy in History) - Faculty of the Graduate School of Emory University, Georgia, EUA, 2009.

SACCOL, Tassiana Maria Parcianello. *Um propagandista da República:* Política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, André Marenco dos. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 33, 1997.

SANTOS, André Marenco dos; DA ROS, Luciano. Caminhos que levam à Corte: carreiras e padrões de recrutamento dos ministros dos órgãos de cúpula do Poder Judiciário brasileiro (1829-2006). *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 30, p. 131-149, 2008.

SEIDL, Ernesto. *A espada como vocação:* padrões de recrutamento e de seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930). 1999. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Uiversidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. *A Elite Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: PPG-Ciência Política, 2003.

SIMÕES NETO, Francisco Teotônio. *Bacharéis na política e a política dos bacharéis*. 1983. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983.

SOCOLOW, Susan. *Los mercaderes del Buenos Aires Virreinal*: familia y comercio. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1991.

STONE, Lawrence. *La crisis de la aristocracia (1558-1641)*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

_____. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política*, v. 19, n. 39, p. 115-137, 2011.

VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a Corte*: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul. Santa Maria: Ed. da UFSM/ Anpuh-RS, 2010.

_____. Um império de cruzes, togas e espadas: notas comparativas sobre as elites políticas do Rio Grande do Sul, do Ceará e da Bahia no período monárquico. In: HEINZ, Flávio (Org.). *Poder, instituições e elites*: 7 ensaios de comparação e história. São Leopoldo: Oikos, 2012, p. 115-144.

_____. Magistrados imperiais: atuação política e perfil de formação e carreira dos juízes de direito no Rio Grande do Sul (1833-1889). *Revista Clio*, Pernambuco, v. 34, p. 73-95, 2016a.

_____. *Os Barões do charque e suas fortunas*: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (RS, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016b.

VARGAS, Jonas Moreira; FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Elites regionais, guerra e compadrio: a família Ribeiro de Almeida e suas redes de relações (Rio Grande do Sul, c.1816-c. 1844). *Revista Topoi*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 389-413, jul./dez. 2014.

VARGAS, Jonas Moreira; FARINATTI, Luís Augusto. *"Alargados horizontes"*: Estratégias familiares da elite política regional entre a Fronteira, a Corte e a Europa (Rio Grande do Sul c.1830-c.1855). *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 123-147, 2017.

VIANNA, Marcelo. *Os homens do parquet*: trajetórias e processo de institucionalização do Ministério Público do RS. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público-RS, 2013.

WANDERLEY, Marcelo da Rocha. Teorias de redes sociais e os estudos sobre a América Hispânica Colonial. *Revista do Mestrado de História da Universidade Severino Sombra*, ano II, p. 195-216, 1999.

WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.